



História e fatos do sistema de gestão das Bacias PCJ, contados por quem viveu dias de luta e muito trabalho

Personalidades que fizeram parte da implantação do sistema de gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ contam um pouco como foi criar, participar e informar aos cidadãos sobre os problemas e as soluções que se apresentavam a partir da década de 70 na área de abrangência em que hoje em dia é reconhecida uma das mais fortes economicamente do estado de São Paulo.

Fazer parte de movimentos, liderar entidades e investir em metodologias para as crises que se pronunciavam rendeu muitas lutas e conversas, o resultado de alguns momentos estão pontuados aqui como forma de remeter a um passado

remoto, que hoje parece distante face aos bons resultados, mas que ainda permeia a memória de muitos cidadãos que como estes três homens não hesitaram em escolher a forma de combate mais ativa, fazendo cada um a sua parte, pensando no coletivo em prol do meio ambiente e da vida.

Nesta edição da Série Entrevistas conversamos com três personalidades que trabalham para obter resultados em suas áreas de atuação, João Jerônimo Monticeli, coordenou o Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá durante quase uma década, fez história, deixando um grande

legado para o sistema de gestão dos recursos hídricos. Outro entrevistado é o jornalista José Pedro Soares Martins, que se dedica aos temas ambientais desde a década de 80, quando o assunto despontou na mídia e fez a sociedade repensar seus modelos de consumo e comportamento. O último entrevistado, Nelson de Souza Rodrigues, aos 96 anos, realizado e ao lado de seus filhos, netos e bisnetos, relembra os tempos de faculdade quando já apaixonado pelas águas do rio Piracicaba se rendia aos encantos da pesca e, desde então nunca mais deixou de viver para defender a vida e a natureza com toda a sua grandeza e encanto pela mãe Terra e pelas Bacias PCJ.





João Jerônimo, geólogo e mestre em engenharia civil

João Jerônimo, geólogo e mestre em engenharia civil, acompanhou a criação do Consórcio PCJ e acredita que ainda é preciso aprimorar as discussões sobre a gestão dos recursos hídricos.

Evolução e Aprimoramento

Monticeli defende o aprimoramento dos estudos hidrológicos na adaptação às mudanças climáticas

Coordenador do Consórcio PCJ por nove anos, entre 1989 e 1998, o geólogo e mestre em Engenharia Civil pela Universidade Estadual de São Paulo, João Jerônimo Monticeli defende as ações propostas pelo Eco Cuencas em relação aos impactos das mudanças climáticas. “Há necessidade de aprimoramento dos estudos hidrológicos e realização de ações que visem o controle e a redução do efeito estufa.

As intervenções ambientais locais, quaisquer que sejam, possuem implicações em escalas regionais e globais”, observou.

Consultor de Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas em São Paulo e Minas Gerais, JJ, como também é conhecido, participou dos marcos regulatórios (legislação) de recursos hídricos de âmbito nacional e dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná.

Após coordenar o Consórcio PCJ por quase uma década, Monticeli foi diretor geral, entre 2005 e 2006, da Agência de Bacia do Rio Paraíba do Sul, o primeiro organismo de bacia a gerenciar o produto da cobrança pelo uso das águas. Nessa entrevista à Agência PCJ, JJ contou um pouco sobre seu trabalho e sobre a evolução dessa área.

“Há necessidade de aprimoramento dos estudos hidrológicos e realização de ações que visam o controle e à redução do efeito estufa. As intervenções ambientais locais, quaisquer que sejam, possuem implicações em escalas regionais e globais.”

O senhor participou desde o início do movimento que organizou e implantou as políticas públicas na área de gestão de recursos hídricos na região de Piracicaba e também em outras regiões do país. Dos últimos 30 anos até hoje, o que mudou? Como o senhor vê essa evolução?

Houve uma evolução muito grande, principalmente nas unidades hidrográficas mais críticas, como o PCJ, Alto Tietê, Paraíba do Sul, Doce, São Francisco, Guandu, Rio das Velhas e outras. Esta evolução se deu principalmente pela implantação dos comitês e agências e no exercício dos instrumentos de gestão.

É bom ver que as agências se consolidam, uma luta que os protagonistas do PCJ, entre os quais este entrevistado, foram pioneiros. Mas, é preciso destacar que a evolução não atingiu as previsões de aplicação de recursos financeiros que fazíamos duas a três décadas atrás. E sem recursos financeiros, provenientes da cobrança pelo uso da água e de outras fontes, a proteção e a recuperação de nossos rios tardam a acontecer.

Mas, de modo geral, hoje estou mais afastado do sistema de gestão, porque tenho outras atividades. Estou coordenando a edição de um livro de cerca de 900 páginas, três volumes, 40 capítulos, 101 autores, "Geologia de Engenharia e Ambiental", que além de um capítulo específico sobre "Gestão de Recursos Hídricos", traz vários outros temas para professores, estudantes e profissionais que atuam em saneamento, meio ambiente e recursos hídricos. O livro será editado pela ABGE em versão impressa e digital, comercializado inclusive por capítulos, com previsão de lançamento até o final de 2017.

O que ainda falta mudar na área de gestão de recursos hídricos no Brasil? Quais são as maiores dificuldades e as maiores facilidades no Brasil nessa área? Por quê?

É preciso focar na necessidade de ampliar os valores e as fontes de recursos financeiros e se dedicar a isso, evitando a dispersão de esforços. É uma tarefa difícil. A cobrança pelo uso da água é um componente de gestão que diz respeito muito mais aos protagonistas locais, interessados em implementar o Plano de Bacia. As mudanças e ousadias mais relevantes sobre os valores da cobrança costumam vir de bacias onde os impactos ambientais são mais intensos.

Provavelmente a dificuldade que o setor de recursos hídricos encontrará em sensibilizar o cidadão e as lideranças para as questões ambientais, face a tantas outras prioridades. Vejo como ambiente facilitador a capacidade técnica e profissional existente hoje nas agências e demais organismos de bacia, como os consórcios e as câmaras técnicas dos comitês e dos conselhos, mas que não podem se acomodar. Ao contrário, devem ser inquietas, criativas, incentivar o debate e propor avanços.

Na sua opinião, qual foi a importância da cobrança pelo uso da água nessa área? Acha possível/essencial essa cobrança ser implantada no país inteiro? Por quê?

A cobrança sempre foi considerada pelos protagonistas das bacias, um instrumento para alavancar recursos, ainda que insuficiente para investimentos nos Planos de Bacias, mas o suficiente para ser catalisador de parcerias. Para avanços no instrumento, entendo que a mudança de comportamento dos usuários é fundamental, eles precisam aceitar maiores encargos financeiros, ter participação e in-

fluência nas decisões de aplicação dos recursos em função do seu peso e acreditar que a cooperação e solidariedade financeira é a melhor solução. Há necessidade, de explicitar nas contas de água e esgoto, o valor que é pago pela entidade de saneamento como encargo da cobrança pelo uso da água, mesmo que ainda não pago pelo consumidor.

A cobrança pelo uso da água não é um instrumento de gestão a ser implantado em todo o país. O Brasil é um país de dimensões continentais, com diferenças acentuadas em disponibilidade de recursos hídricos, conflitos de usos e necessidade de preservação, que precisam ser levadas em consideração. O grande debate necessário é universalizar ou não metodologias e valores da cobrança em bacias de um mesmo Estado. Sou da opinião que cada bacia tenha autonomia, mas que se discuta bem o limite da bacia ou da unidade hidrográfica, inclusive em termos interestaduais.

Que lição ficou para todos em relação à crise hídrica de 2014/2015? Estamos mais preparados para enfrentar uma nova crise desse tipo? Por quê?

A crise hídrica de 2014 atingiu o Sudeste do país, daí a sua enorme repercussão, mas no Nordeste esta crise é permanente. O Sudeste não estava preparado e todos esperam que as lições não sejam esquecidas, principalmente nas regiões metropolitanas. Acho que os Planos de Bacias atualizados passaram a incorporar um título dedicado ao enfrentamento de períodos de baixa pluviosidade, tanto no diagnóstico e na proposição de obras e ações necessárias como de capacitação da mobilização municipal e regional em caso de necessidade de medidas mais drásticas, como racionamento.

Como o senhor vê a questão das mudanças climáticas? Como isso deve ser inserido nas discussões sobre a gestão dos recursos hídricos no Brasil e no mundo? Acha que nosso país está atrasado nessa questão?

As mudanças climáticas possuem grande importância, mas não me considero suficientemente informado e tenho pouca experiência sobre esta questão e suas relações com a gestão de recursos hídricos. Conheço o Cemaden – Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais e dos trabalhos que realizam e que muito tem a ver com as mudanças climáticas. Considero, pelas notícias da imprensa, que o Brasil está muito bem representado, participativo e comprometido junto ao IPCC (sigla em inglês do "Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas"). O grande vilão no Brasil, me parece, são as queimadas na Amazônia e no Cerrado e os desmatamentos para a expansão da agropecuária, assuntos que têm prioridade no governo brasileiro junto ao IPCC. Por outro lado, os países desenvolvidos são os grandes responsáveis pela emissão de CO₂ (dióxido de carbono) consequentemente pelo efeito estufa que conduz ao aquecimento global e às mudanças climáticas, e, muito bem colocaram o tema como prioridade em suas agendas e junto a ONU - Organização das Nações Unidas.

Qual sua avaliação sobre a Ação Eco Cuencas? Acredita que iniciativas como essa, envolvendo diversos países, sejam necessárias como um preparo e adaptação para as mudanças climáticas?

Estou ainda conhecendo a Ação Eco Cuencas e minhas considerações são preliminares. Os colegas técnicos franceses envolvidos são experts e o con-

vívio com eles será uma troca de experiência importante, com ganhos e benefícios a todos os envolvidos. Fico feliz que a Agência PCJ venha a participar, pois me lembro o quanto foi enriquecedora a parceria que coordenei entre o Consórcio PCJ e a Agência Sena-Normandia, da França. O objetivo do Eco Cuencas é atraente, mas deve ser avaliado não só em recursos financeiros, mas em termos de competição com outros projetos e ações necessárias nas bacias. Enfim, procurar um equilíbrio que permita contribuir e colher frutos nesta parceria, sem prejudicar a agenda da bacia.

Na sua opinião, quais as principais medidas deveriam ser implementadas na área de gestão de recursos hídricos considerando os impactos das mudanças climáticas?

Há necessidade de aprimoramento dos estudos hidrológicos e realização de ações que visem o controle e a redução do efeito estufa. As intervenções ambientais locais, quaisquer que sejam, possuem implicações em escalas regionais e globais. Nas Bacias PCJ, várias ações locais têm sido feitas através dos programas de reflorestamento ciliar, proteção de nascentes e outros que me parecem perfeitamente compatibilizados com as finalidades da Ação Eco Cuencas. Acho que já existe um cálculo quanto ao reflorestamento feito ao longo dos últimos 30 anos nas Bacias PCJ, em termos de compensação de CO₂ emitidos.

Muitas empresas já possuem projetos próprios ou em parcerias com ONGs para compensação de CO₂ emitidos. Conheci, recentemente, o projeto de parceria de uma unidade descentralizada da UNICAMP (LEPAC) com várias micro e pequenas empresas localizadas em Paraty (RJ), que fazem a compensação do carbono emitido através do plantio de árvores. Foram plantadas 28 mil mudas de Ingá ao longo da Rodovia Rio-Santos, que significa a compensação de centenas de toneladas de CO₂, além de um bônus, que foi a redução de 75% de incêndios nos acostamentos da rodovia. Uma das pequenas empresas que recentemente aderiu ao projeto me informou que desembolsou cerca de R\$ 11.500,00 em cinco anos para o plantio de 990 mudas e para compensar o carbono anual emitido. Um bom exemplo empresarial em assumir responsabilidades e com um custo perfeitamente compatível com o atual momento do país.

O senhor ainda tem atuado na área de recursos hídricos? De que forma?

Nos últimos três anos tenho me ocupado em escrever sobre minha experiência profissional e a participar e organizar eventos técnicos, além de atividades empresariais em Paraty (RJ). Não penso em voltar mais às atividades de consultoria, nem a participar em colegiados, como o CRH-SP e COFEHIDRO, onde fui conselheiro por alguns anos. Tenho a grata satisfação de comunicar que coordeno a edição de um livro de cerca de 900 páginas, três volumes, 40 capítulos, 101 autores, de título "Geologia de Engenharia e Ambiental", que além de um capítulo específico "Gestão de Recursos Hídricos", traz vários outros de grande interesse a professores, estudantes e profissionais que atuam em saneamento, meio ambiente e recursos hídricos. O livro será editado pela ABGE (www.abge.org.br) em versão impressa e digital, comercializado inclusive por capítulos, com previsão de lançamento até o final de 2017.





José Pedro, jornalista especialista em temas ambientais

José Pedro, jornalista e escritor, especialista em temas ambientais. Escreveu vários livros sobre as Bacias PCJ.

Comunicação e Participação

“Falta proatividade ao Brasil em relação às mudanças climáticas”, analisa jornalista

Atuante na área de meio ambiente e de recursos hídricos desde o início dos anos 80, o jornalista José Pedro Soares Martins acredita que, em geral, ainda falta proatividade ao Brasil quanto às ações necessárias para adaptação às mudanças climáticas. No entanto, ele destaca que a Ação Eco Cuencas é mais um exemplo

“de como as Bacias PCJ são pioneiras em ações inovadoras para a adequada gestão dos recursos hídricos”.

O jornalista - que escreveu livro publicado pela ANA (Agência Nacional de Águas) em 2009 sobre a implementação da cobrança pelo uso da

água nas Bacias PCJ -, também ressalta que, nos últimos 30 anos, “houve uma clara evolução na política de recursos hídricos no Brasil” e que “a luta na região de Piracicaba pelas suas águas tem muito a ver com isso”. Martins ainda afirmou “que a imprensa tem um papel importante, que ainda não é devidamente explorado”.

“A cobrança pelo uso da água foi fundamental para consolidar uma cultura de uso racional da água nas Bacias PCJ. É, nesse sentido, um exemplo para o país. Mas, considero que esse instrumento - bem como outros na gestão dos recursos hídricos -, precisa ser mais conhecido pela população em geral, para que ela dê ainda mais valor a esse conceito.”

Há quanto tempo você atua como jornalista na área de Meio Ambiente e recursos hídricos?

Me dedico a esta questão desde o início da década de 1980, quando concluí o curso de Jornalismo na Unimep (Universidade Metodista de Piracicaba). O município intensificava a luta em defesa do rio e, já como repórter de "O Diário" e do jornal "Opção" (este, da Unimep), passei a me interessar muito pelo tema. Aprendi bastante com o então promotor público local Paulo Affonso Leme Machado (que se tornou referência internacional em Direito Ambiental) e o agrônomo Nelson de Souza Rodrigues, idealizador da Campanha Piracicaba Ano 2000, que mudou a forma da região encarar e gerenciar as águas. Depois aprofundi na temática ambiental, trabalhando em São Paulo e Brasília. Lancei vários livros sobre o tema e cobri, por exemplo, a Rio-92, em junho de 1992, no Rio de Janeiro, que foi um marco na questão socioambiental global.

Como você vê a evolução da política e projetos na área de recursos hídricos?

Creio que houve uma clara evolução na política de recursos hídricos no Brasil e a luta na região de Piracicaba pelas suas águas tem muito a ver com isso. Foi pioneira com o Consórcio PCJ e, depois, os Comitês das Bacias PCJ. Como fruto dessa evolução, cresceu muito o índice de tratamento de esgotos. Mas, entendo que permanecem muitos desafios. Um deles é garantir maior participação popular nos diversos órgãos e espaços sobre a questão dos recursos hídricos.

Você acompanhou a instituição da cobrança pelo uso da água nas bacias PCJ. Na sua opinião, qual foi a importância dessa medida? Se a cobrança já estivesse implantada no país inteiro, a situação dos recursos hídricos seria diferente?

A cobrança pelo uso da água foi fundamental para consolidar uma cultura de uso racional da água nas Bacias PCJ. É, nesse sentido, um exemplo para o país. Mas, considero que esse instrumento - bem como outros na gestão dos recursos hídricos -, precisa ser mais conhecido pela população em geral, para que ela dê ainda mais valor a esse conceito. Nesse sentido, entendo que há o desafio de que os meios de comunicação compreendam melhor a temática das águas, para que se tornem aliadas permanentes da causa, e não somente em momentos de crise.

Como você vê o preparo do Brasil para se adaptar às mudanças climáticas? O que falta?

O Brasil ainda está muito distante de uma adequada adaptação às mudanças climáticas. O país tem uma cultura de reação aos fatos e não de proatividade. Também há a questão de falta de compreensão no âmbito do poder público da importância dessa temática, que deveria ser tratada de forma transversal por todos os setores de governo, federal, estadual e municipal. De novo, entendo que a imprensa tem um papel importante que ainda não é devidamente explorado.

Você conheceu a Eco Cuencas. Qual sua opinião sobre essa ação internacional?

Entendo que é mais um exemplo de como as Bacias PCJ são pioneiras em ações inovadoras para a adequada gestão dos recursos hídricos. Também é muito importante pelas parcerias firmadas, pois a temática das águas assume cada vez mais uma dimensão internacional, em razão das mudanças climáticas. Então é uma iniciativa muito relevante que tende a dar muitos frutos no contexto do ambiente criado pelo Acordo de Paris e, sobretudo, diante da urgência da questão climática.

Você acompanhou a crise hídrica na nossa região entre os anos de 2014 e 2015. Acha que os gestores aprenderam a lição? E a sociedade?

Entendo que a crise hídrica de 2014 e 2015 foi um exemplo cristalino de como o poder público em geral ainda não vê, ou pelo menos via, a questão climática como urgente e determinante para o futuro. Ficou evidente que faltou planejamento. Uma região rica, populosa e estratégica como a da Grande São Paulo, e sua conexão com as Bacias PCJ, por meio do Sistema Cantareira, não poderia ficar tão vulnerável como ficou. Acho que foi um choque e muitos gestores aprenderam bastante, mas creio que permanece um longo caminho para que seja atingida a segurança hídrica nas bacias PCJ e do Alto Tietê. O tema não pode ficar limitado aos círculos que o conhecem. Ele deve ser assimilado por toda a sociedade.

Na sua opinião, quais as principais mudanças deveriam ser implantadas na gestão de recursos hídricos considerando os impactos das mudanças climáticas?

Acho que os instrumentos financeiros podem ser refinados, os planos de bacia precisam ser adequados aos novos desafios e, acima de tudo, devem ser fortalecidos os espaços para ampla participação social, como já ressaltéi antes. As mudanças do clima demandam um novo estilo de vida, uma nova cultura de uso dos recursos naturais, e nesse sentido a participação social é essencial. Entendo que isso é possível sem que haja necessidade de proselitismo, com mensagens claras para a população, com o cuidado de se evitar os tecnicismos. A educação socioambiental com a perspectiva das águas é igualmente fundamental para uma nova perspectiva comunitária.



Jornalista Zé Pedro é apaixonado pela natureza

Eco das Bacias PCJ

SÉRIE ENTREVISTAS

Nelson de Souza Rodrigues



Nelson de Souza, engenheiro agrônomo

Engenheiro agrônomo formado pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, em 1948, trabalhou até 1985 quando se aposentou e passou a dedicar-se à campanha da Redenção Ecológica da Bacia do Piracicaba.

Sabedoria e Coragem

A maior alegria do meu pai sempre foi lutar pela natureza e defender a vida, elogia a filha orgulhosa de um pai amoroso

Aos 96 anos cercado pelos bisnetos, netos e filhos, Nelson de Souza Rodrigues, se acomoda em uma poltrona na sala arejada e ampla de sua antiga casa nos arredores de Piracicaba, interior de São Paulo.

Engenheiro agrônomo formado pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, em 1948, trabalhou até 1985 quando se aposentou e passou a dedicar-se à campanha da Redenção Ecológica da Bacia do Piracicaba. Trabalhou como pesquisador na área de piscicultura, tanto no Posto de Piscicultura do Instituto de Pesca da Secretaria de Agricultura, como também na Estação de Biologia e Piscicultura de Pirassununga, subordinada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e poste-

riormente, após a aposentadoria no Centro de Energia Nuclear de Piracicaba.

Apaixonado pela sétima arte, instalou e chefiou o laboratório de fotografia da Companhia Cinematográfica Vera Cruz, com a função de documentar cenas dos filmes e produzir cópias fotográficas para propaganda e ampliar fotografias.

Hoje, passados tantos anos, a memória ainda é ótima e sua saúde é excelente, mas o que encanta realmente é a calma e a sabedoria que o tempo fez pousar em seus olhos brilhantes que recordam com saudades da companheira Yonne Rodrigues, que já partiu e dos tempos em que a utopia era o cenário para lutas e descobertas.

Ao lado dos familiares, Dr. Nelson conta detalhes de um passado remoto, mas que ilustra a desconexão do ser humano com o meio ambiente, diz que viu as tecnologias se implantarem na sociedade, os olhos baixarem e os meninos abandonarem o encanto pela natureza.

Enquanto seu neto Luccas emenda: “para mim foi natural acompanhar a trajetória dele, brincar com os bichos, colecionar pedras, penas, plantar árvores, aprender mais sobre cada animal nos livros que ele me mostrava, mas apesar da desconexão que existe hoje, temos uma parcela de jovens que acredita e luta por melhorias”.

“Eu tenho na minha memória de infância uma lembrança forte dos anúncios de venda dos Dourados de Piracicaba, no mercado municipal de São Paulo, minha família chegou a comprar algumas vezes, isto há muitos anos”.

Falar sobre meio ambiente era um pouco mais complicado, como foi dizer o que muitos ainda nem discutiam?

Como agrônomo eu tinha uma visão ampla dos problemas, das soluções e das maneiras de como poderia resolver algumas questões que nos preocupavam. A minha experiência como agrônomo me proporcionou oferecer algumas soluções plausíveis para minimizar os danos ao meio ambiente. Trabalhei aqui na região, atuei também no Norte, Nordeste do país, pensando sempre em como reduzir os efeitos da poluição nos corpos hídricos. E, mesmo estando longe eu sempre me preocupei com o rio Piracicaba, sempre me intrigava em como apresentar soluções para mitigar os efeitos dos poluentes.

Que tipos de soluções o senhor propôs?

Uma das alternativas propostas foi a utilização do popular aguapé, até então considerado uma praga, daí descobrimos uma veia de ataque para os problemas mais nocivos.

Para o uso do aguapé inicialmente foi realizado um projeto no Centro de Energia Nuclear na Agricultura (CENA), para estabelecer alguns padrões de depuração da água e depois foi implantado no ribeirão Piracicamirim, que teve um decréscimo da poluição de cerca de 80% e chegamos a atingir 95% de depuração dos efluentes do ribeirão; depois ainda elaboramos um projeto nos arredores do Engenho Central para captação de água e, por fim, houve a desativação destes projetos.

Sobre os peixes do rio Piracicaba, o senhor conheceu todas as espécies que haviam lá?

Sim, conheci as 15 espécies que eu descrevo no meu livro 'Piracicaba, seu rio, seus peixes', como outras espécies que não estão descritas ali, eu sempre gostei muito de pescar. Não, por acaso, sempre estudei piscicultura, tinha criação de peixes em casa e, por fim, me aposentei pelo Instituto de Pesca.

O senhor ainda costuma passear pelas margens do rio Piracicaba?

Passados tantos anos, dificilmente eu passeio por lá, mas sei que os peixes são bem mais escassos, o rio Piracicaba foi famoso por muitas espécies de peixes, principalmente o Dourado, 'o rei das águas', até que ele foi totalmente eliminado. Mas, antigamente a pesca de um Dourado era notícia de jornal, além disso, tinha o Jaú que era considerado uma praga! Ninguém gostava de pescar Jaú por causa do porte do peixe, que podia levar a pessoa embora e a carne não era apreciada, veja só!

Eu tenho na minha memória de infância uma lembrança forte dos anúncios de venda dos Dourados de Piracicaba, no mercado municipal de São Paulo, minha família chegou a comprar algumas vezes, isto há muitos anos!

Acha que o trabalho realizado, ajudou a melhorar o conceito de que os rios são importantes na gestão das cidades?

Eu tenho impressão, com respeito, ao próprio rio, que não piorou muito, mas também não melhorou tanto assim, porque temos os municípios que são desenvolvidos, mas temos muitos poluidores e o controle acaba sendo difícil.

Como o senhor enxerga esta relação entre o cidadão, as cidades e os rios?

Precisamos pensar que o rio é um manancial de muitas famílias, aqui na Rua do Porto em Piracicaba, interior de São Paulo, muitas famílias que ali viviam sobreviviam exclusivamente da pesca, mas isto foi no passado.

Eu mesmo como aluno da Escola Superior de Agricultura 'Luiz de Queiroz' junto com meus colegas, pescávamos nos finais de semana, usávamos rede, corda e anzol de espera, enfim, eram outros tempos, mas eu pagava minhas despesas com a venda dos

peixes. E, ainda fazíamos um belo peixe assado na grelha e passávamos bons momentos!

Dos seus tempos de estudante até os dias como pesquisador e profissional, o senhor vislumbrava as mudanças climáticas?

Não, isso quase não acontecia, ou nós não observávamos de forma tão criteriosa. O desenvolvimento foi exigindo cada vez mais recursos do meio ambiente e estes acontecimentos foram agravando o ciclo biológico do rio. Hoje, temos poucos peixes nos nossos rios, mas é um preço que temos que pagar, a abundância do passado ficou na história.

O senhor acha que cumpriu sua missão, vai deixar um bom legado, não é mesmo?

Eu deixo para meus netos, bisnetos, estas histórias que sempre contamos – com muito café e bolo de fubá – uma história de luta, de proteção para o rio, eu não queria que estas histórias fossem embora, daí decidimos escrever o livro, 'Piracicaba, seu rio, seus peixes', como forma de resgatar a história de preservação do rio Piracicaba.

Estive em movimentos como a Campanha pela Redenção Ecológica da Bacia do Piracicaba, lançada em 1985 e eu fazia parte de um grupo de defesa do meio ambiente, o Malucos pela Água, que fez e ainda faz um belo trabalho pelos rios; na década de 90 este grupo fez um grande movimento e hoje colhe os frutos, mas ainda há muito por fazer!

É importante ficar próximo da natureza, porque apesar de os jovens hoje estarem mais integrados à tecnologia; a natureza, é fantástica, instrutiva, completamente diferente do mundo interativo, a natureza nunca te decepciona e o mundo virtual pode levar à frustrações.

Para ler o livro Piracicaba, seu rio, seus peixes, [acesse](#).



Expediente

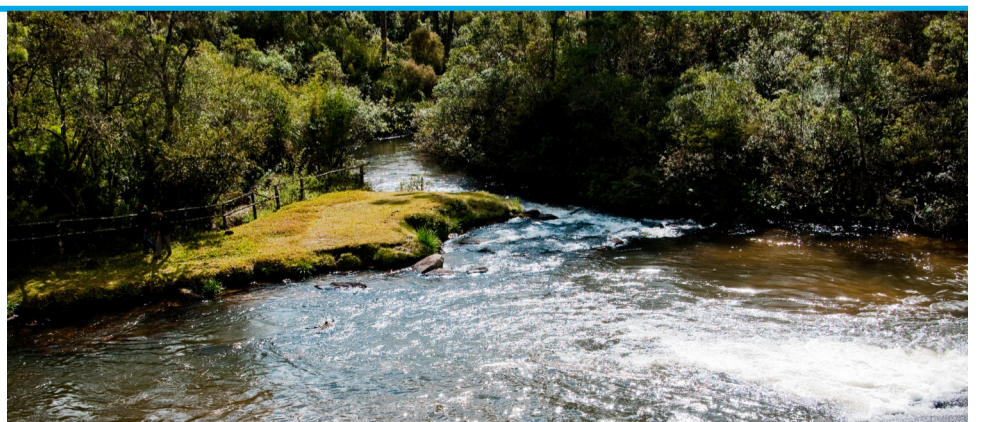
Jornalista Responsável e Supervisão Geral: Ivanise Pachane Milanez

Projeto Gráfico: Jean-Frédéric Pluvinage

Diagramação: Gabriel Josias

Fotos: Acervo da Agência das Bacias PCJ

Apoio editorial: Parla Assessoria!



Este documento foi produzido com o apoio financeiro da União Europeia. O conteúdo deste documento é da exclusiva responsabilidade da Agência PCJ e em caso algum deve ser considerado como refletindo a posição da União Europeia.





*Oficina
Internacional
del Agua*
(França)



“Este documento foi produzido com o apoio financeiro da União Europeia. O conteúdo deste documento é da exclusiva responsabilidade da Agência PCJ e em caso algum deve ser considerado como refletindo a posição da União Europeia”.

WWW.AGENCIAPCJ.ORG.BR